

**CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC**

**UBERLÂNDIA 31/07 a 03/08/2018**

**MESA-REDONDA 3: LITERATURA , DIVERSIDADE E DIFERENÇA CULTURAL**

**DUAS FIGURAS DA RESISTÊNCIA NAS AMÉRICAS: MULÂTRESSE SOLITUDE E LUIZA MAHIN :**

**TRANSMISSÃO TRANSGERACIONAL NA FICÇÃO ATUAL DAS ANTILHAS E DO BRASIL**

**Resumo:** O trabalho visa destacar a emergência, na literatura contemporânea das Américas, de romances que resgatam a figura de ancestrais míticas no sentido de realçar sua ação de resistência, fazendo assim recuar ao período escravocrata o surgimento de uma consciência negra que deu origem às primeiras manifestações de rebeldia contra o sistema escravista em vigor nas Américas. Destaque para o papel da mulher negra nesse processo de transmissão transgeracional na ficção atual das Antilhas e do Brasil.

On ne décide pas d'effacer une mémoire. C'est elle qui se structure avec l'oubli et qui, avec l'oubli, décide des rémanences. Toute mémoire est un oubli organisé, un oubli nécessaire.

1

---

<sup>1</sup> Não se decide apagar uma memória. É ela que se estrutura com o esquecimento e que, com o esquecimento, decide sobre as permanências. Toda memória é um esquecimento organizado, um esquecimento necessário.

Escolhi como corpus desta apresentação dois romances da literatura antilhana de língua francesa: *Mulâtresse Solitude* (1972), de André Schwartz-Bart, e *Ancêtre en Solitude* (2015) de André e Simone Schwartz-Bart, e *Um defeito de cor* de (2010), de Ana Maria Gonçalves, que dão destaque às figuras míticas da Mulata chamada Solitude, na região do Caribe, e de Luiza Mahin, no Brasil.

### **Quem foi a Mûlatresse Solitude?**

*La mulâtresse Solitude*, romance escrito em 1972, por André Schwartz-Bart (1928-2006), escritor francês radicado na Guadeloupe, se caracteriza como um **romance geracional ou saga**, pois retraza as ações da personagem de forma linear em terceira pessoa. Esse romance tem uma grande importância na paisagem cultural caribenha por ser a primeira vez em que a história de uma escrava *marronne*<sup>2</sup>, portanto fora-da-lei, é retrazada com a paixão de quem viveu durante a II Guerra Mundial, por ser francês de ascendência polonesa e judaica, o trauma de ver seus pais serem deportados para os campos de concentração onde foram exterminados. A mesma injustiça cometida contra seus pais é praticada contra Solitude, condenada à morte e executada - em praça pública com a presença dos demais escravos da região - logo após dar à luz a uma filha.

Recriar uma heroína a partir da figura histórica com dimensão mítica da mulâtresse Solitude, que liderou outros escravos nas lutas de libertação que se seguiram à primeira abolição dos escravos nas colônias francesas do Caribe em 1794, foi um feito considerável que imortalizou a ação libertária escrava tendo como heroína uma mulher.

---

<sup>2</sup> Quilombola em português.



Fonte: <http://www.ladograve.com/histoires/guadeloupe---louis-delgres> - *Histoires de la Guadeloupe*

A origem da rebelião, de que participou a Mulâtresse, foi a ordem de Napoleão, em 1802, de retorno à escravidão de escravos libertos em 1794 (data da primeira Abolição). A rebelião escrava havia sido liderada por Louis Delgrès, mulato nascido na Martinica. Segundo a história e a lenda, a Mulâtresse Solitude, que teria participado dos combates, foi condenada à morte, em 8 de maio de 1802. Como estivesse grávida, e o filho pertencesse, portanto, a seus senhores, a execução por enforcamento só ocorreu em 29 de novembro de 1802, após o nascimento da criança, dando origem ao mito. (cf. Oruno Lara. *Histoire de la Guadeloupe*, Paris, 1921).

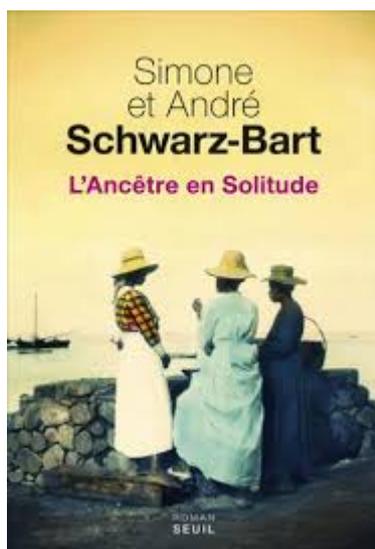
Essa narrativa, assim como veremos adiante, remete àquela feita por Ana Maria Gonçalves (1970 - ), em 2010, no âmbito da literatura brasileira, acerca de Luiza Mahin, uma das lideranças esquecidas da rebelião escrava intitulada Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, na Bahia, em janeiro de 1835. O desvelamento, de tais figuras que encarnam o desejo de libertação do jugo escravista e que as levou ao enfrentamento com as forças da lei, teve um grande impacto no despertar de uma consciência negra, servindo como diapasão para o fortalecimento de uma literatura afro-americana no feminino.

Édouard Glissant e Patrick Chamoiseau falam do vazio ou da falta fundadora nas Américas e da tentativa de apagamento dos rastros memoriais não somente daqueles que povoavam as Américas antes da chegada dos europeus, como também daqueles que foram levados na condição de escravos. Sublinham, contudo, que esses vestígios sobrevivem como

“diabos surdos às simples negações”<sup>3</sup> (Chamoiseau, 2016, p. 51). A importância dos escritores das Américas de um modo geral e do Caribe em particular deriva do reconhecimento de que a falta e o apagamento assim como o esquecimento teriam que ser levados em conta e assumidos de modo imperativo para que uma literatura antilhana pudesse emergir.

### **L'âncêtre en Solitude**

Ao morrer, em 2006, André Schwartz-Bart deixa manuscritos em co-autoria com sua esposa Simone (1938- ) que, abalada com seu desaparecimento, não ousa dar continuidade ao projeto de transformar o que ambos chamavam de “cycle antillais” em livro que corresponderia ao fechamento do ciclo do qual fizeram parte *Mulâtresse Solitude*, entre outros. Com a ajuda de sua editora, de bibliotecárias e digitadoras, finalmente vem à tona - 43 anos depois da primeira edição de *Mulâtresse Solitude* - a narrativa das memórias transgeracionais da descendência de Solitude, com seus destinos marcados também pelo infortúnio, já que a abolição definitiva da escravatura (em 1848) não mudará quase nada na vida dessas mulheres descendentes de escravas ou ex-escravas no contexto antilhano. Será interessante analisar os processos de transmissão de uma geração à outra e o modo como a herança de Solitude é renegada pela primeira geração e finalmente aceita pelas seguintes.



---

<sup>3</sup> Comme des diables sourds aux simples négations. P. 51

*L'ancêtre en solitude* dialoga com o romance anterior, seguindo os rastros de quatro gerações de mulheres escravas cuja ancestral foi a Mulâtresse Solitude que liderou o *marronnage* em massa de escravos. Sua bravura tornou-se lendária e as narrativas sobre sua execução percorreram as ilhas do Caribe, consolidando o mito. Sua filha recém-nascida foi levada para ser vendida em leilão na Martinica e após vários pregões foi vendida por preço vil, por ser a filha de uma “feiticeira rebelde”. Logo todos ficam sabendo na propriedade que *l'enfant* Louise ou *l'enfant* Solite era filha da Mulâtresse.

Talvez seja a primeira vez em que a temática do *marronnage* envolvendo mulheres é abordada na ficção em língua francesa já que tais vestígios memoriais são sistematicamente apagados dos livros de História. O leitor se pergunta se Louise, ao tomar consciência da história de sua mãe, se considerará herdeira e continuadora da história de rebeldia de sua ancestral, dando continuidade a sua luta pela libertação dos escravos, ou se ao contrário repudiará essa ascendência considerada maldita?

Quebrando a linearidade da diacronia, o romance inicia com o *Journal* de Mariotte (ou Marie Solite), a bisneta de Solitude, que será a primeira de sua descendência a aprender a ler e a escrever, ou seja, a dominar “ces petits signes si mystérieux, si angoissants” (2015, p. 207) que são para Mariotte “la vraie magie des blancs” (p. 139). Esse diário, em primeira pessoa, é interrompido por trechos de narrativa em terceira pessoa, e depois retomado na parte final, passando o diário a ser um procedimento literário para dar a voz à última das descendentes que se conscientizou do papel da bisavó no processo de libertação, deixando de ter vergonha da ancestral para, ao contrário, assumir-se não somente como herdeira, mas como continuadora de seu espírito libertário.

Do mesmo modo, o fato de usar o diário para deixar vir à tona a fala da bisneta não é casual, mas uma estratégia para deixar aflorar a memória cultural que pode ser definida como aquela que incorpora os elementos que pertencem à esfera do sensível e do simbólico os quais escapam ao registro hegemônico do poder e sua tentativa de apagar os rastros memoriais de fatos que – como o *marronnage* – vinham ofuscar o projeto de dar continuidade ao regime escravocrata nos departamentos de além mar da França.

Louise, a primeira na linha de descendentes da Mulâtresse, terá transe e será espancada por isso e, em consequência, encarcerada. Liberada, saberá qual é seu lugar nas Américas, lugar de “petite negresse ni plus ni moins aimé de Dieu” (Schwarz-Bart, 2015, p. 81). Renegará a herança ferida da mãe, não dando continuidade ao espírito de rebeldia; é vendida a um francês pobre do qual terá três filhas: Cléonie, Hortensia e Cydalise. Man Louise rejeitará a filha Hortensia, por seu comportamento estranho e porque sua cabeça era “un collier de perles sans fil” (2015, p. 130), anomalia que a impedia “de prendre sa place dans l’ordre du monde” (2015, p. 130). Desprezada por todos inclusive pela própria mãe, entrega-se a Raymoninque, ex-escravo *marron*, que vive afastado de todos e tinha consciência de que Hortensia era neta da Mulâtresse Solitude.

Ela conhecia Deus e o Diabo como todo mundo, ela conhecia o padre e o feiticeiro, ela sabia sobre demônios e anjos bons, ela sabia sobre mortos e vivos, e os mortos-vivos e os vivos prisioneiros dos mortos, sugados lentamente pelos mortos, reduzidos ao envelope; ela conhecia também os espíritos, ela sabia como se transformar em cachorro, caranguejo e peixe voador, ela havia escutado a história do boi que havia se ajoelhado diante do açougueiro de Saint Pierre, os olhos suplicantes para que não o degolassem.

(Schwarz-Bart, 2015, p. 131).<sup>4</sup>

Enquanto Man Louise é uma mulher partida entre o mundo dos negros e o dos brancos (tranchée en deux) por viver com um branco sendo a ele submissa, é capaz de reconhecer na filha os saberes da oralidade que a tornam sensível aos sofrimentos de sua gente, mas a repudia por temer que sua insubordinação possa causar problemas na comunidade.

Da união de Hortensia com Raymoninque nasce Mariotte (Marie Solite), que será a única a apropriar-se “du verbe des Blancs” (p. 313) e a querer inteirar-se da história da bisavó

---

<sup>4</sup> Elle connaissait Dieu et le Diable comme tout le monde, elle connaissait le prêtre et le sorcier, elle savait les démons et les bons anges, elle savait les morts et les vivants, et les vivants prisonniers des morts, sucés lentement par les morts, réduits à l’enveloppe; elle connaissait aussi les esprits, elle avait comme on devient chien, crabe, poisson volant et elle avait longuement écouté l’histoire du bœuf qui s’était agenouillé devant le boucher de Saint Pierre, les yeux suppliant qu’on ne l’égorge pas.

com a qual irá se identificar. Na quarta geração, a herança é finalmente transmitida e reapropriada. Segundo Marianne Hirsch, trata-se aqui de pós-memória que caracteriza

A experiência daqueles que cresceram envolvidos em narrativas, em acontecimentos que precederam seus nascimentos, como se a história pessoal tivesse sido esvaziada pelas histórias das gerações precedentes que viveram os acontecimentos e as experiências traumatizantes (apud Régine Robin, 2016, p. 314).

Robin acrescenta que nesses casos de pós-memória, a transmissão “é difícil e frágil sobre uma experiência que eles não viveram, mas cujo mal eles carregam dentro de si, a ferida, um luto que eles não puderam viver” (Robin, 2016, p. 315). A narrativa das pós-memórias tem se revelado típica dos romances memoriais e de filiação no âmbito dos quais os traumas vividos pelos ancestrais é revivido e “reexperienciado” pelo descendente, no sentido de amenizar o sofrimento das lembranças dolorosas de tal forma que o narrador passe a fazer parte desse passado “na consciência do distanciamento” (p. 315).

Desse modo, Mariotte reescreve a árvore da filiação, autodenominado-se Solitude e comprovando sua pertença à estirpe da bisavó. Essa tomada de consciência ocorre quando Mariotte exila-se na França. O distanciamento e a solidão, longe do sol das Antilhas, permite-lhe - a partir dos rastros memoriais – identificar-se com uma figura esquecida, amaldiçoada por várias gerações e sobre a qual as informações são vagas e difusas. Para usar uma expressão de Laurent Demanze, a narrativa de filiação se constitui “como *stèle*<sup>5</sup> dedicada à ascendência”<sup>6</sup>, ou seja, é a tentativa de erguer uma lápide para ali inscrever o epitáfio que nunca foi escrito. Por isso os autores insistem várias vezes no fato de Mariotte ter aprendido a ler e a escrever: porque essa foi a via encontrada pela bisneta para honrar a ancestral e para se inscrever na linha de transmissão intergeracional.

Esse gesto irá permitir sua inscrição em um “destino individual e social”, como refere Anne Muxel em sua notável monografia sobre memória geracional e transmissão (1996, p. 193).

---

<sup>5</sup> Stèle : Colonne brisée, cippe, plaque de pierre destinée à porter une inscription, le plus souvent funéraire. <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/st%C3%A8le/74573#JrVvA2T6uv7EEVLQ.99> Seria uma coluna onde se escrevem os epitáfios funerários, mas também outras inscrições para assinalar um lugar onde se passou algo notável.

<sup>6</sup> Car le récit de filiation se constitue comme stèle dédiée à l’ascendance. (Demanze, 2008, p. 365)

## Recuperando a memória da ancestral mítica Luísa Mahin

O romance de Ana Maria Gonçalves<sup>7</sup> (1970-\_), que aparentemente tem características de uma saga, por retratar um período que vai de 1810 a 1877, respeitando a diacronia, pode ser lido como romance memorial na medida em que a história da travessia no navio negreiro e da chegada ao Brasil é contado do ponto de vista de uma mulher escrava que assume a primeira pessoa. Importantes passagens da vida nas fazendas e também nas cidades, como os castigos cruéis e as vinganças dos escravos, é narrada por uma escrava que aprende a ler acompanhando as aulas ministradas a sua sinhazinha. A voz narrativa em primeira pessoa e a forma epistolar que emerge em muitos momentos quando inicia a longa procura pelo filho, apresenta as características do romance memorial.

O drama concentra-se na busca incessante do filho pela escrava Kehinde - que recebeu o nome de Luísa ao chegar do Daomé, à ilha de Itaparica na Bahia. Esse filho, na sua ausência, foi vendido como escravo e ela nunca mais tornou a vê-lo. Nesse sentido, lemos *Um defeito de cor* (1. Edição de 2006) como um romance memorial, pois ao longo de suas 950 páginas, a protagonista-narradora está em busca ora de uma referencialidade ancestral, já que sua avó desaparece durante a travessia no *tumbeiro*<sup>8</sup>, ora do filho que fora indevidamente vendido como escravo, pois era filho de um homem livre e de Keinde/Luísa, que comprara sua alforria com o dinheiro ganho na venda de doces nas ruas de Salvador.

Para além das narrativas em primeira pessoa, outra estratégia narrativa nos ajuda a caracterizar esse romance como memorial. No prefácio a autora cria uma estratégia já utilizada por J. J. Rousseau (em *La nouvelle Héloïse*) de que toda a matéria do livro, que retrata a vida da escravidão no Brasil ao longo de quase um século, provém de um encontro casual de cartas já amarelecidas e rasgadas, ou seja, vestígios memoriais que a autora recolhe e preenche com elementos de pesquisa e também de sua imaginação, camuflando assim sua “autoridade” inerente à sua condição de autora. Nessa medida, trata-se um relato feito de restos memoriais, tendo uma mulher escrava como protagonista-narradora.

---

<sup>7</sup> A autora foi ganhadora de prêmio Casa de las Américas em 2011.

<sup>8</sup> Nome dado pelos escravos aos navios-negreiros que transportavam os escravos nos porões do navio, o que causava a morte de muitos deles durante a travessia.

De todos os relatos feitos ao longo de quase 1000 páginas interessa-me ressaltar a busca da mãe-ancestral realizada pela protagonista. Em um determinado momento quando já tem dois filhos, sente a necessidade de abandonar tudo para ir ao encontro de uma sacerdotisa do vodum, na Casa das Minas em São Luís do Maranhão, conhecida pelo nome de Maria Mineira Naê. Essa sacerdotisa seria supostamente Agontimé, a rainha do Daomé, de onde Kehinde/Luísa era originária. Sentiu necessidade de encontrar a “Noche”, sacerdotisa do vodum na língua eve-fon, que significa, “mãe-ancestral”. Com 27 anos, por volta de 1837, sente como necessário o encontro com os voduns de sua avó, morta durante a travessia do Atlântico.

Encontra-se com Agontimé que, na Casa das Minas passa a ser chamada de Maria Mineira Naê, ou a *noche* Naê que corresponde a “sacerdotisa do vodum, em eve-fon, na Casa das Minas; significa também mãe ancestral, o que às vezes provoca confusão com o culto Iyamí Osorongà, do culto *gelédé*.” (GONÇALVES, 2012, p 597). Fica nítido aqui o desejo da busca da memória familiar através dessa **mãe ancestral** que compartilhou de maneira muito próxima a cultura da qual Kehinde é originária. Sabe-se também, através dos estudos de Anne Muxel, o quanto a memória familiar é um princípio organizador da identidade: através da recuperação da memória coletiva, da reminiscência de festas e rituais, do compartilhamento de saberes como receitas da cozinha familiar, canções, orações etc., o iniciado se constitui como sujeito. Ao iniciar-se como *vodunsi*, Kehinde reintegra o patrimônio imaterial do qual foi privada pela falta de convívio com qualquer pessoa de sua comunidade. Privada dos lugares de memória familiar e não conseguindo lembrar-se das lições da mãe e da avó materna, cujas mortes traumáticas presenciou, quase nada foi preservado em sua memória a não ser fragmentos das histórias narradas pela avó. Retomar contato com essa tradição interrompida pelo trauma da deportação seguida da escravização, tem um poder de apaziguamento, já que a herança cultural transmitida pela *noche* Naê, mãe ancestral, tem importante papel de reparação.

A reconstituição de laços familiares e afetivos no terreiro da Casa de Minas, a possibilidade de compartilhar o trauma dos castigos sofridos no cativeiro e de lembrar antigas tradições durante rituais e celebrações tornam viáveis a reconstituição dos fragmentos das histórias familiares e o estabelecimento de elos entre os rastros memoriais que podem agora voltar à superfície, depois de longo período de amnésia, silêncio e impossibilidade psíquica de rememorar-los.

O meu ritual de iniciação foi um dos momentos mais felizes que já vivi, quando finalmente pude receber meu vodum, que me disse coisas lindas por intermédio de uma das *hunjaís* da Roça. À noite sonhei com minha avó e minha mãe, quando ainda tive notícias de que a Esméria e o Sebastião estavam felizes (GONÇALVES, 2012, p. 629).

Vale à pena conferir a reflexão de Myriam Lins de Barros sobre a figura dos mediadores que, segundo a autora, têm função fundamental nos processos de afirmação da identidade individual e na manutenção da identidade grupal ou coletiva: “Apresentados como elo vivo entre gerações, os mediadores transmitem a história de um passado vivido e experimentado. No meio familiar, os avós representam a imagem da união entre seus antepassados e seus descendentes” (1989, p. 33).

### **O dever de transmissão no romance memorial**

Tendo realizado as três funções da memória familiar mencionadas por Anne Muxel (2007, p.13-14): (1) função de transmissão, (2) de revivescência afetiva e de (3) reflexividade ou reavaliação da própria existência, Kehinde/Luísa precisa romper o silêncio entre as gerações e transmitir suas memórias ao filho que, embora ausente, é o herdeiro dessa memória cultural resgatada.

Decide fazê-lo através de cartas, embora se sentisse na contramão da cultura oral africana. O essencial era que ele soubesse de sua história para que não ficasse como ela própria sem ter consciência de seu passado no núcleo familiar e que tomasse conhecimento de seu empenho em reencontrá-lo, através de uma busca que durou várias décadas. Em outros momentos hesitou em pôr no papel suas memórias:

Na época não me animava a escrevê-la, como Kuanza me pediu, porque os africanos não gostam de pôr histórias no papel, o branco é que gosta. Você pode dizer que estou fazendo isto agora deixando tudo escrito para você, mas esta é uma história que eu teria te contado aos

poucos, noite após noite, até que você dormisse. E só faço assim por escrito, porque sei que já não tenho mais esse tempo. Já não tenho mais quase tempo algum, a não ser o que já passou e que eu gostaria de te deixar como herança. (GONÇALVES, 2010, p. 617)

No papel atual de guardião da memória parental, urge que faça dom ao filho sobre o qual - bem mais tarde já cega e em idade avançada - veio a saber que se tornara advogado, poeta e defensor da causa dos escravos. Sabe da importância de legar ao filho a consciência de pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas e de sentir-se herdeiro desse legado. Como nos ensina Joël Candau, a memória geracional “é a consciência de sermos os continuadores de nossos predecessores” (2012, p. 142).

Narrar está, pois, na origem da memória parental. Ao narrar ao filho suas inúmeras travessias: da África para o Brasil; de Salvador para o Maranhão; a volta para a África e finalmente o desejo de retornar ao Brasil, sabe que “é narrando que a vida se transmite e permanece, seja nos escritos, seja na transmissão oral” (GUTFREIND, 2010, p. 28).

Inspirada no primeiro poeta a assumir o eu enunciativo que se quer negro na literatura brasileira, Luís Gama (1830-1882), Ana Maria Gonçalves retoma, no título do romance, um fragmento de um poema atribuído a Luís Gama: “Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime.” (GAMA, s/d) Essa homenagem prestada ao poeta perpassa o romance cujo tema central é a busca da mãe Luísa Mahin pelo filho desaparecido após ter sido vendido pelo pai, um fidalgo português que, em razão de dívidas de jogo, vendeu o filho como escravo, embora ele tivesse nascido livre (de pai branco e mãe alforriada). Contudo, a importância maior desse soberbo romance está na focalização feminina: é a partir das cartas de uma mulher negra, ex-escrava, que o leitor acompanha os acontecimentos ocorridos nos áspersos tempos da escravidão, no decorrer do século XIX, sem que nunca o nome do poeta seja mencionado. O leitor intui, pelas pistas deixadas pela narradora, que se trata da vida da mãe de Luís Gama, a figura mitológica de Luísa Mahin, ativista da Revolta dos Malês.

Ao colocar em cena o jogo entre memória e identidade, entre emergência da memória geracional e a construção da memória cultural, e ao realçar o papel da transmissão como peça-chave do romance memorial, Ana Maria Gonçalves faz de *Um defeito de cor* o espaço privilegiado da transferência da figura lendária de Luísa Mahin para o território híbrido do romance. Contribui, assim, para a divulgação do papel de uma mulher guerreira representativa da rebeldia, da defesa da luta contra os preconceitos, do respeito à tradição e à memória ancestral, e também do amor materno.

Para transformar a literatura em “morada da memória”, parafraseando Marcia Tiburi, Ana Maria Gonçalves realiza uma espécie de construção em abismo na medida em que, assim como a narradora, abre mão da tradição de oralidade da cultura africana para registrar no papel as descobertas que realiza sobre sua memória cultural. Ao realizar, no texto literário, a fusão de mito e história, fixando através da escritura o que o imaginário popular transmitiu oralmente, a autora, uma mulher negra, portanto com ascendentes escravos, exercita o trabalho da memória e do esquecimento, completando os interstícios com uma prodigiosa imaginação. Contribui, assim, para a recriação da figura de Luísa Mahin, como imagem emblemática da luta da mulher contra a opressão.



Capa da 6. edição Record de 2010.

**Transmissão transgeracional nos contextos das Antilhas e do Brasil:  
reivindicando a herança libertária das ancestrais**

Tanto os romances de André e Simone Schwartz-Bart, *L'ancêtre en solitude*, e de Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor* (*Une faute de couleur?*) se desdobram através dos ciclos de memória, esquecimento e transmissão de quatro gerações. No longo caminho do lamento à obediência, da revolta à perplexidade, o fio da memória não é rompido: o pensamento dos rastros (*pensée de la trace*), de que fala Édouard Glissant, vai assim espalhando as teias para a tessitura de um pensamento paralelo à racionalidade ocidental (*pensée de système*, para Glissant). Esse pensamento dos vestígios (*traces*), que leva em conta as sensibilidades, revela-

se mais complexo, apontando uma segunda via para a compreensão do período escravista diferente daquela que os compêndios tradicionais de História nos oferecem.

O romance memorial corresponde à recuperação da memória transgeracional em textos híbridos que contêm aspectos de autoficção, comprometidos ao mesmo tempo com a anterioridade (relato de vida dos antepassados) e com a interioridade (relatos autobiográficos), permitindo aos narradores autores – a pretexto de melhor conhecer a vida dos ancestrais – conhecer melhor a si mesmos. O romance memorial, como variante pós-moderna da saga, permite o desvendamento dos caminhos e descaminhos do eu-enunciador na busca da memória cultural que, segundo Régine Robin, não se confunde com a memória do grupo, mas se caracterizaria como uma memória intergeracional “feita de pequenos nada” (Robin, 1989, p. 21). Aceitando ou negando e rejeitando o papel de herdeiro/a, resgatando ou rasurando elementos do passado familiar, o trabalho de perquirição da memória inter e transgeracional é quase sempre movido por afetos profundos ou pelo desejo de resolver impasses familiares e contribui para o necessário repensar das memórias individuais, coletivas e sociais.

No ensaio intitulado *A espécie fabuladora; um breve estudo sobre a humanidade (L'espèce fabulatrice, 2008)*, Nancy Huston sublinha que o que difere os homens dos animais não é a fala, já que é sabido que os animais têm a capacidade de comunicar-se entre si. É a capacidade de fabular, de sonhar, de imaginar, de criar narrativas ficcionais, isto é, de transmitir a sua própria geração e a de seus descendentes histórias que permitirão não apenas que os membros da família sintam-se partícipes de uma história comum, mas também os demais membros da comunidade, podendo constituir comunidades de memória. Na medida em que a transmissão como a memória corresponde a um processo de reapropriação, ela dá necessariamente origem a um processo de (re)criação já que – como sabemos – a imaginação preenche os interstícios entre memórias, apagamentos e esquecimentos.

Nos três romances aqui evocados as narrativas memoriais, ao passarem de geração a geração, foram se reinventando até chegar ao leitor - destinatário final da rememoração – que as integra a seu imaginário, perpetuando-as por sua vez no âmbito de sua comunidade, impedindo seu desaparecimento. As histórias das duas heroínas da escravidão –Mulâtresse Solitude e Luísa Mahin - tiradas do esquecimento pelos narradores, são, durante o processo de

transmissão, reinventadas e recriadas, deslocando-se e integrando-se ao imaginário da comunidade, dando origem ao mito e a novas comunidades de memória<sup>9</sup>.

As três obras analisadas preenchem importante lacuna não apenas na literatura negra ou afro-brasileira quanto na literatura brasileira como instituição e nas literaturas das Américas, no sentido de retrazar a história da escravidão, ressaltando episódios de insubordinação e rebeldia por parte dos escravos, através do ponto de vista feminino.

## Referências

ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação; formas e transformações da memória cultural*. Campinas: UNICAMP, 2011

BERND, Zilá. *Por uma estética dos vestígios memoriais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

\_\_\_\_\_. Memória geracional e transmissão: a fala dos ancestrais em *L'ancêtre en solitude* de André et Simone Schwarz-Bart. IN: VIANNA, Arnaldo, org. *Literatura, memória e dissonância: estudos reunidos*. Niterói: Makunaima, 2015.

\_\_\_\_\_. Notas para uma teoria da transmissão. IN BERND, Z.; KAYSER, P.V.M. orgs. *Memória geracional, herança, transmissão*. Canoas: editora UNILASALLE, 2017. Série: Memória e linguagens culturais, 1. (no prelo)

CABALLÉ, Ana. Cansados do eu? Autoficção mostra sinais de fadiga. 06/01/2017 [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/cultura/1483708694\\_145058.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/cultura/1483708694_145058.html)

CHAMOISEAU, Patrick. *La matière de l'absence*. Paris : Seuil, 2016.

DEMANZE, Laurent. *Encres orphelines*. Paris : José Corti, 2008. (Les essais)

FIGUEIREDO, Eurídice. Formas e variações autobiográficas. Autoficção. In \_\_\_\_\_ *Mulheres ao espelho; autobiografia, ficção, autoficção*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. P. 13-74.

---

<sup>9</sup> Para maior informação sobre o conceito de “comunidades de memória” ver Pierre Ouellet. Entrevista concedida a Zilá Bernd, Ana M. Lisboa de Mello e Mari-Hélène Parret Passos. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 50, n. 2, abril-maio 2015, p. 229-240.

- GLISSANT, Édouard. *Traité du Tout-Monde*. (Poétique IV) Paris : Gallimard, 1997.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2010.
- GUTFREIND, Celso. *Narrar, ser mãe, ser pai & outros ensaios sobre a parentalidade*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.
- HUSTON, Nancy. *A espécie fabuladora*. Porto Alegre : L&PM,2010. (trad. De Ilana Heineberg)
- LARA, Oruno. *Histoire de la Guadeloupe*. Paris, 1921.
- MUXEL, Anne. Temps, mémoire, transmission. IN : RODET, Chantal, dir. *La transmission dans la famille ; secrets, fictions et idéaux*. Paris : L'Harmattan, 2003. p. 147-157.
- ROBIN, Régine. *Le roman mémoriel*. Montréal : Le Préambule, 1989. (Collection L'Univers des discours)
- \_\_\_\_\_ *A memória saturada*. Campinas : editora da Unicamp, 2016. (trad. de VER
- SCHWARTZ-BART, André. *La mulâtresse Solitude*. Paris : Seuil, 1972.
- SCHWARZ-BART, Simone et André. *L'âncêtre en solitude*. Paris : Seuil, 2015.
- VIART, Dominique. Récits de filiation. IN VIART, D. ; VERCIER, B. dir. *La littérature française au présent*. Paris : Bordas, 2008. 2. éd. augmentée, p. 79-102.